

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2014 (Do Sr. Betinho Rosado)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a produção de petróleo em campos maduros e a realização de encontros regionais.

Senhor Presidente:

Requeremos, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para debater a produção de petróleo em campos maduros e a realização de encontros regionais nas Assembleias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo.

Solicitamos que sejam convidadas a participar da Audiência as seguintes autoridades:

- Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia;
- Sra. Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- Sra. Maria das Graças Foster, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras;
- Sr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP;
- Sr. Frederico de Oliveira Macedo, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás – ABPIP.

JUSTIFICAÇÃO

Enquanto o Brasil se prepara para explorar a província petrolífera do Pré-Sal, voltando ainda mais sua atenção para o mar, as operações em terra não vão nada bem. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a extração em terra caiu de 79,7 milhões de barris, no ano de 2003, para 66,3 milhões de barris em 2008 e, desde então, está estagnada.

No Governo do Presidente Lula da Silva, os leilões de campos maduros, com reservatórios em estágio avançado de exploração, foram uma bandeira da ANP, quando foram realizados dois leilões de campos marginais com pequenas acumulações, as chamadas rodadinhas.

O governo federal incentivou a entrada na indústria petrolífera nacional de pequenas petroleiras, chamados de produtores independentes. Para a ANP, a estratégia tinha como meta não só o desenvolvimento da indústria nacional, mas também a geração de emprego e renda em municípios com poucas oportunidades econômicas.

Do ponto de vista de dar espaço no País para o surgimento das pequenas petroleiras, a política foi bem sucedida. Mas as dificuldades de escoamento e comercialização que as empresas enfrentaram persistem.

A queda de produção nos campos terrestres decorre da redução da atividade exploratória nos últimos anos. Em 2008, logo após as primeiras rodadas, foram perfurados 678 poços em busca de petróleo em jazidas terrestres no Brasil; em 2011, foram 426. Em 2012, houve aumento para 574, mas os dados estatísticos acabam distorcidos em razão das atividades conduzidas pelas empresas OGX e HRT.

As pequenas petroleiras, que já foram foco da ação governamental, passam por grandes dificuldades. O número de empresas integrantes da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo – Abpip caiu de 55, em 2006, para 20, em 2013. Segundo Caio Marques, da ETX, empresa de perfuração especializada em sondas terrestres, os pequenos produtores não têm procurado sua empresa há mais de um ano.

Dificuldades logísticas e a concentração de mercado da Petrobras são apontadas como as principais razões para a frustração das pequenas petroleiras. Toda produção é vendida para a estatal e para a refinaria Dax Oil, no polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Em um passado recente, os produtores independentes contavam ainda com as refinarias de Manguinhos (RJ) e a refinaria paulista Univen, em Itupeva (SP).

De acordo com Aníbal Santos Júnior, Secretário Executivo da Abpip, foram dez anos perdidos por falta de planejamento e vontade política do governo federal. A redução dos investimentos não se limita às pequenas petroleiras. A Petrobras vem cancelando contratos de sondas terrestres e também experimenta recuo em sua produção terrestre. Entre maio de 2008 e maio de 2013, a queda foi de 7,7%.

Segundo o Diretor da ANP Florival Carvalho, a agência pode promover em 2014 uma rodada específica para pequenos produtores, conhecidas no mercado como rodadinhas. O foco seriam áreas petrolíferas de acumulações marginais.

A ANP poderia licitar campos marginais, mas não adianta promover um leilão sem atratividade. Em 2011, a agência colocou em seu *site* informações de 17 áreas inativas com acumulações marginais devolvidas no Recôncavo Baiano, para que os interessados pudessem manifestar eventual interesse em adquiri-las. Entretanto, não houve esse interesse.

Diante do exposto, consideramos fundamental a realização de uma Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, com o objetivo de esclarecer e propiciar o debate sobre tão importante tema. Entendemos ser fundamental, ainda, que essa questão seja debatida em vários Estados da Federação. É necessário que haja um amplo envolvimento dos governos regionais no sentido de se estabelecer políticas públicas para a produção de petróleo em acumulações marginais.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado **Betinho Rosado**